

OS PASSEIOS PÚBLICOS NOS CAMPOS GRANDE E PEQUENO SITOS NOS SUBÚRBIOS DESTA CIDADE [LISBOA]



25 de novembro de 1801.

Um decreto do príncipe regente D. João (futuro D. João VI) manda estabelecer passeios públicos nos Campos Grande e Pequeno, então subúrbios de Lisboa.

Para tal ordenava ao Presidente do Erário Régio, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que “mande logo por pessoas inteligentes proceder à formação de um plano” que incluía a plantação de árvores e de que espécies. A sua sustentação devia, tanto quanto fosse possível, ser assegurada pelo que “sair dos mesmos campos, suprimindo-se a sua despesa pelo cofre do donativo” dos 4% que se encontrava estabelecido no Erário.

E ordenava também que o plano, depois de aprovado, fosse executado no inverno em curso (1801-1802), “ocupando na obra as pessoas que não tiverem ofícios, ou ocupações, em que se empreguem, pelos salários que achar competentes.”

Com o estabelecimento destes novos espaços cumprir-se-ia o que, indicava o decreto, era próprio da boa polícia ¹ de uma grande cidade: “que os extensos terrenos que a rodeiam, se aproveitem de algum modo agradável e útil.”

¹ *Polícia*, s.f. O governo e administração interna da República, principalmente no que respeita às comodidades e segurança dos cidadãos (in *Dicionário da língua portuguesa...* Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Lisboa, 1789).



Portas do Passeio do Campo Grande, cerca de 1809-1810

Desenho

PEREIRA, Luís Gonzaga (1796-1868)

Coleção do Museu de Lisboa / EGEAC / Câmara Municipal de Lisboa(MC.DES.1632.071)

A atual zona do Campo Grande fez parte do Campo de Alvalade, área extensa e situada no termo da cidade de Lisboa que incluía também as zonas do atual Campo Pequeno e Alvalade. A distinção entre Alvalade Grande e Alvalade Pequeno, que daria origem aos atuais Campo Grande e Campo Pequeno, vem já do séc. XVI.

Foi também nesta época que terá sido erguida no Campo de Alvalade Grande uma ermida dedicada aos Três Santos Reis e que foi profundamente afetada pelo terramoto de 1755. Reconstruída e melhorada, é hoje a Igreja dos Santos Reis Magos, sede da paróquia do Campo Grande.

No início do séc. XVIII, a Igreja dos Santos Reis distava três quartos de léguas de Lisboa para o norte e o Campo Grande era descrito como um “dilatado terreno (...), todo povoado de nobres quintas e muitas hortas que fazem aquele sítio muito vistoso” e tinha 200 habitantes.²

² Costa, Antonio Carvalho da, 1650-1715 - Corografia portugueza, e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, : com as notícias das fundações das cidades, villas e lugares, ... /. Lisboa: Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706 - 1712 [?]. - . 3 tomos. Biblioteca do Tribunal de Contas. Fundo Livro

Freguesia do Termo de Lisboa, o Campo Grande passou em 1852 a pertencer ao concelho dos Olivais e só em 1885 passou para o concelho de Lisboa.

No início do séc. XIX, o Campo Grande permanecia um espaço rural, logradouro público e caminho de saída de Lisboa. Local de exercícios militares (foi lá que D. Sebastião reuniu as tropas que o acompanharam a Alcácer Quibir), de feiras (a Feira do Campo Grande, autorizada por D. Maria I em 1778 para auxiliar à construção da igreja, ocorria em outubro e realizou-se até 1932) e também de alguns estabelecimentos fabris. Ao seu redor, casas e terrenos agrícolas.



Vista de uma parte da Feira do Campo Grande (finais do séc. XIX)

Gravura

ANUNCIAÇÃO, Tomás d' (1818-1879)

Biblioteca Nacional Digital (<https://bdigital.bnportugal.gov.pt/idurl/1/36574>)

Antigo, cota LA 32 (disponível no website do Tribunal de Contas, Biblioteca Digital em: <https://bdigital.tcontas.pt/titulos/c.shtm>)

A primeira grande mudança da paisagem e da utilização do Campo Grande como espaço de parque público ocorreu com o plano de arborização que terá começado a ser executado em 1802, na sequência, como referimos, do decreto de 25 de novembro de 1801.



Livro de decretos e ordens do donativo dos 4%: 1791-1812
Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (PT/AHTC/ER/378/04310)

D. Rodrigo de Sousa Coutinho a quem o príncipe regente endereçara a ordem para o estabelecimento dos passeios públicos nos Campos Grande e Pequeno, sitos nos subúrbios de Lisboa, era o Presidente do Erário Régio, uma das instituições que antecede o atual Tribunal de Contas.

Era no Erário Régio, criado em 21 de dezembro de 1761 no reinado de D. José, que davam entrada todas as rendas e direitos da Coroa e era de lá que saíam os fundos para as despesas públicas. O Erário Régio era composto por quatro Contadorias, com diferentes designações e competências geográficas, nas quais foram progressivamente incorporados cofres para administração das receitas e despesas, num esforço de centralizar numa única instituição as funções de administração e controlo das finanças que, hoje, designaríamos públicas.

As despesas com o plano de arborização do Campo Grande foram, conforme estabelecido no decreto de 1801, asseguradas pelo cofre do donativo dos 4% ³ que se encontrava a cargo da Contadoria da África Ocidental, Maranhão e Baía, no Erário Régio.

No Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, no conjunto documental do Erário Régio, as evidências documentais da execução financeira deste plano são várias, destacando-se, em particular, o *Livro de despesas diversas do Campo Grande* que contém os registos das despesas efetuadas, entre 4 de janeiro e 3 de julho de 1802, com a plantação do arvoredo do Campo Grande.

Materiais, mão de obra, salários pagos e até as espécies de árvores plantadas, dão-nos informação detalhada sobre os trabalhos efetuados naquele período e o que viria a ser o passeio público do Campo Grande.



Livro de despesas diversas do Campo Grande: 4 janeiro a 3 julho 1802
Arquivo Histórico do Tribunal de Contas. PT/AHTC/ER/669/05430)
(clicar sobre a capa para aceder ao conteúdo integral)

³ O donativo dos quatro por cento foi oferecido pelos comerciantes para a reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755 e era aplicado às mercadorias e manufaturas que pagavam direitos nas alfândegas. Acabou por vigorar por vários anos, tornando-se o obrigatório e o seu produto aplicado noutras áreas. Começou por ser administrado pela Junta do Comércio até que, em 1780, já no reinado de D. Maria I, passou para a alçada do Erário Régio.

Os registos das despesas são semanais, elencando separadamente as despesas gerais (materiais, utensílios, fretes, transportes, sementes, plantas, árvores, etc.) e as despesas com salários. Os primeiros registos do livro respeitam à semana de 4 a 9 de janeiro de 1802 e os últimos à semana de 28 de junho a 3 de julho do mesmo ano.

Na primeira semana, para o início dos trabalhos – pensamos nós – foram adquiridas 108 estacas de madeira, 2 enxadas com seus cabos, uma alavanca, um picarete [picareta], dois sachos, meadas de cordel para medir o campo, tinteiro, canivete, papel e 1 livro, um navalhão grande para limpar as árvores. Também houve uma despesa de 4 mil reis (4\$000) com o “homem que mandei fora em procura das árvores.”

Também na primeira semana estão registadas despesas com a aquisição de árvores e de plantas despesas estas que, naturalmente, ocorrerão mais vezes ao longo deste período.

Ao longo do Livro foi registada a aquisição de:

Espécie	Custo por unidade (réis)
110 arvores silvestres	\$150 (150)
121 freixos	\$130 (130)
113 olmos	\$120 (120)
147 choupos	\$100 (100)
24 faias	\$160 (160)
9 carvalhos	\$140 (140)
12 olaias	\$300 (300)
16 faias	\$160 (160)
11 freixos	\$130 (130)
Cedros	(Sem indicação)
Alfarrobeiras	(Sem indicação)

Mas há ainda registos de despesas com madeira, cestas, “pau de 15 palmos, por ordem dos engenheiros, para a marcação do campo”, cestas, barrotes, ripas, piche, lenha, pregos, ferragens, lanterna, canas, junco para atar as latadas, madeira para as grades do poço,

regadores, bilhas para água, pedra de cantaria lavrada para o passeio, laje para o passeio, cal e tijolo, aluguer de carros, aluguer de bois para puxarem os arados, cangas para os bois, favas para os bois, feno, palha, velas, azeite e algodão e candeeiro para a casa dos bois, fretes aos galegos, carros que trouxeram as árvores do Jardim Botânico, “ao homem que mandei à outra banda procurar as varas de pinho para as arvores”, despesas do carpinteiro de carros, ferreiro e serralheiro, batatas e milho para semear, feijão encarnado e feijão riscado, feijão de trepar, alfarroba, pevides de melão e melancia, e até remédios e ervas para um boi doente (estes no valor de 675 reis).

Nas obras da plantação do arvoredado do Campo Grande participaram, de acordo com a classificação no respetivo Livro de Despesas:

Trabalhadores (por vezes, para tarefas definidas como para fazer o alinhamento das árvores ou pagos à tarefa, como, por exemplo, por nº de covas que abriam)
Guardas (por vezes, para tarefas definidas como para guardar as estacas no alinhamento durante a noite ou simplesmente para guardar o campo)
Apontador
Jardineiros por vezes para tarefas definidas como “destroçar os campos” e atar as árvores
Carpinteiros (por vezes para tarefas definidas como “andar no destruimento”
Pedreiros (por vezes para tarefas definidas como “andar no destruimento”, para o alinhamento das árvores, para medição das covas e para abrir valas)
“Posseiros” (para fazer o poço)
Valadores
Lavradores
Moços de abegoaria (que trabalham com os bois)
Rapazes
“Homens abrindo valas”

Em todos os registos dos salários pagos, constam os nomes, os nº de dias de trabalho, valor do trabalho por dia e valor semanal.

Os salários pagos variavam entre os \$600 reis/dia (pagos, por exemplo, a alguns jardineiros, carpinteiros e mestre “posseiro”) e os \$160 reis/dia (pagos a alguns trabalhadores, “posseiros” e valadores).

O número de trabalhadores variou ao longo do tempo, certamente em função das tarefas a executar.

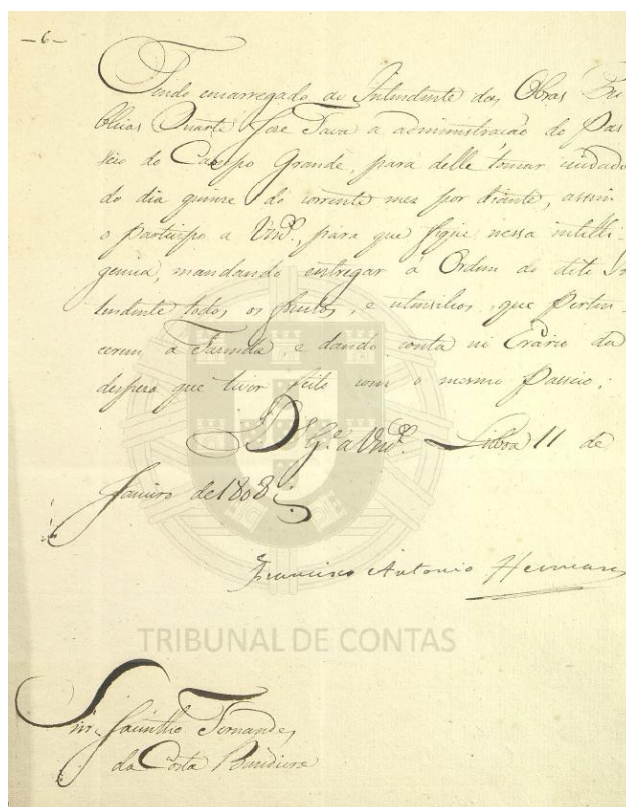
Comparando a primeira e última semana dos registos:

4 a 9 de janeiro 1802	28 de junho a 3 julho 1802
21 Trabalhadores, dos quais 1 para o alinhamento das árvores	36 Trabalhadores
3 Guardas que ficam guardando as estacas de noite	6 Guardas
1 Apontador	1 Apontador
1 Homem	2 Moços
	2 Lavradores
	11 Valadores
	3 Carpinteiros

Complementarmente, também no conjunto documental do Erário Régio, na *Conta da plantação de arvoredo do Campo Grande mandada fazer por ordem de S.A. Real participada pelo senhor D. Diogo de Sousa Coutinho* (PT/AHTC/ER/669/05429) estão reunidas as folhas da receita de Paulo José da Rocha que dirigiu as obras e a quem foram adiantadas as verbas necessárias por Jacinto Fernandes Bandeira (registos de janeiro de 1802 e setembro de 1803) e documentos comprovativos da mesma conta.

Entre estes últimos, uma carta dirigida a Jacinto Fernandes Bandeira datada de 11 de janeiro de 1808, com Lisboa ocupada pelas tropas napoleónicas, participando que a partir do dia 15 do mesmo mês, a administração do passeio do Campo Grande ficava a cargo do Intendente das Obras Públicas. A este último, devia Bandeira mandar entregar todos os frutos e utensílios que pertencessem à Fazenda e ainda dar conta no Erário da despesa que tivesse feito com o mesmo Passeio.

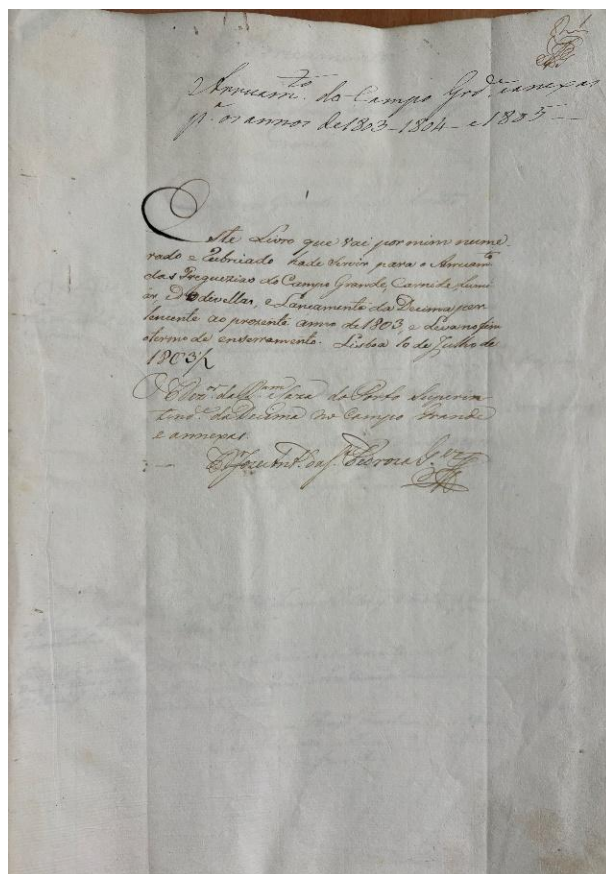
A ordem provém de François Antoine Herman (Francisco António Herman), diplomata francês e cônsul-geral da França em Portugal que, durante a primeira invasão francesa, foi nomeado por Napoleão Administrador Geral das Finanças e Secretário de Estado encarregado da Repartição do Interior e das Finanças, no Conselho de Governo de Junot.



Carta de 11 de janeiro de 1808 para Jacinto Fernandes Bandeira
(clicar sobre a imagem para ver uma versão ampliada)

Mas, ao tempo em que se iniciou a plantação do arvoredo, como seria o espaço ao redor do parque público e em toda a freguesia? Como é que era ocupado? Que tipos de propriedades existiam? Quem eram os seus habitantes?

Tendo como guia o *Livro dos arruamentos e lançamento da décima dos prédios, maneios, das freguesias de Santos Reis do Campo Grande, São Lourenço de Carnide, São João Baptista do Lumiar, Menino Jesus de Odivelas, do termo da cidade de Lisboa, para os anos de 1803/1805*⁴, vamos conhecer a freguesia do Campo Grande em 1803.



Termo de abertura do livro
(clicar sobre a imagem para ver uma versão ampliada)

⁴ Este livro do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (PT/AHTC/DC/008/0972) pertence ao conjunto documental da Décima da Cidade de Lisboa. Os livros de registo da cobrança da Décima da Superintendência das Freguesias de Santos Reis do Campo Grande, São João Baptista do Lumiar, São Lourenço de Carnide e Menino Jesus de Odivelas são 209 e abarcam o período de 1762 a 1833.

Sugere-se ainda, para o mesmo período, a consulta do *Livro de registo do lançamento da décima dos prédios, das freguesias dos Santos Reis do Campo Grande, São João Baptista do Lumiar, São Lourenço de Carnide, Menino Jesus de Odivelas, do termo da cidade de Lisboa, do ano de 1803* (PT/AHTC/DC/008/0970) e o *Livro de registo do lançamento da décima dos juros, maneios, das freguesias dos Santos Reis do Campo Grande, São João Baptista do Lumiar, São Lourenço de Carnide, Menino Jesus de Odivelas, do termo da cidade de Lisboa, do ano de 1803* (PT/AHTC/DC/008/0966).

O livro contém, para a freguesia do Campo Grande, 99 assentos, primeiro os do lado direito (assentos n.º 1 a 31), depois o lado esquerdo (assentos n.ºs 32 a 61) e, por fim, o sítio do Pote de Água (assentos n.º 62 a 99).

Como seria próprio de uma freguesia nos subúrbios de Lisboa, as propriedades identificadas constam de casas com terrenos agrícolas (quintas, hortas, vinhas e até olivais). 13 são identificadas como apenas agrícolas (vinha, olival). Só em 2 assentos são identificadas casas sem qualquer terreno.

O Imposto da Décima no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas

O imposto da Décima, criado pelas Cortes de 1641 para assegurar a defesa militar do país após a Restauração, foi relançado em 1762, no reinado de D. José. O pretexto era semelhante, mas agora no contexto da Guerra dos Sete Anos, durante a qual Portugal foi invadido, três vezes, por tropas francesas e espanholas.

O imposto incidia, num valor de 1/10, sobre prédios, ofícios e ordenados, capitais emprestados a juros e lucros da indústria e do comércio e que recaía sobre todos, incluindo artífices e jornaleiros.

O registo da cobrança era feito localmente em livros específicos consoante o rendimento a que diziam respeito (arruamentos, prédios rústicos e urbanos, maneios, juros e outros). Eram organizados por freguesias e, dentro destas, rua por rua, prédio por prédio (com lado direito e lado esquerdo da rua, sempre que existiam), onde constava o nome do proprietário do imóvel e dos arrendatários, os foros, as rendas e por vezes o imposto correspondente à sua profissão (maneios).

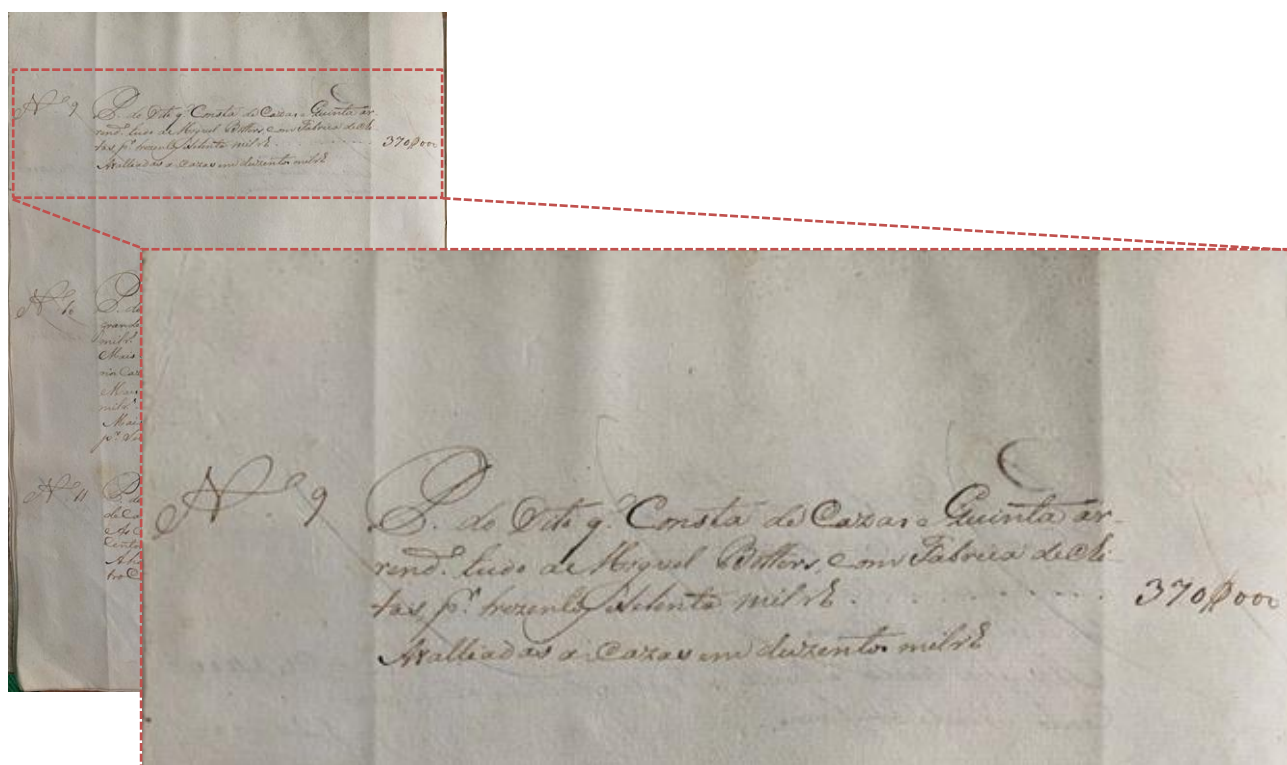
Estes livros que hoje compõem o conjunto documental da Décima, deram entrada no Erário Régio para o ajustamento das contas dos responsáveis que faziam o assentamento e recolha deste imposto a nível local.

São mais de 14000 livros divididos em 2 subconjuntos: Décima da Cidade (Cidade de Lisboa e seu Termo) e Décima da Província (Província da Estremadura - Leiria, Santarém, Tomar, Torres Vedras) dos anos de 1762 a 1834.

51 do total de 99 assentos identificam propriedades que se encontram arrendadas na sua totalidade ou em parte.

De registar ainda que 3 assentos se referem a propriedades arrendadas para fábricas:

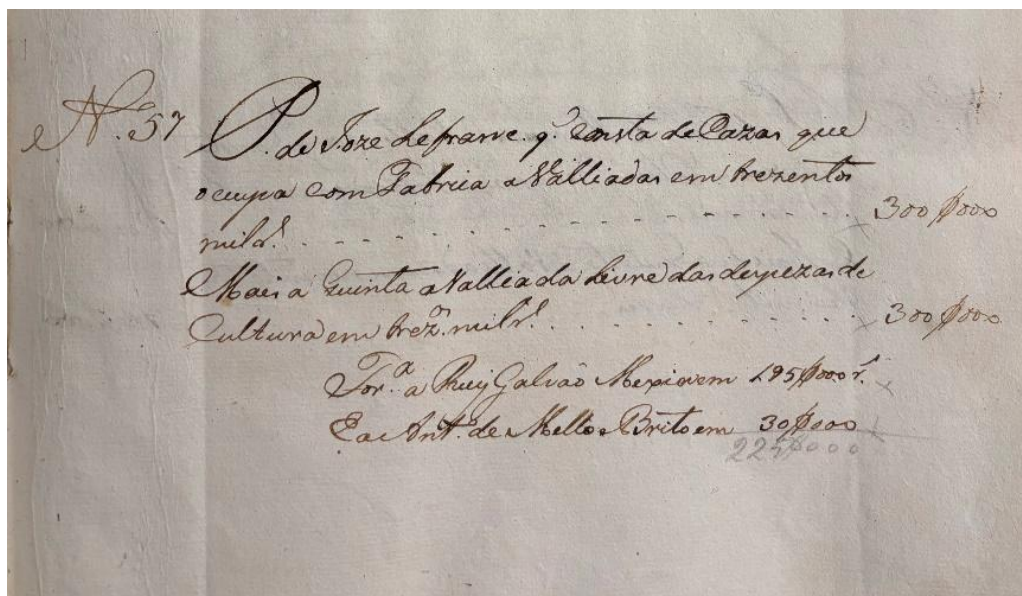
- No lado direito do Campo Grande – assento 9 - Propriedade de D. Rodrigo da Cunha Manuel “acist^e. em Coimbra”⁵, constando de casas e quinta arrendada, com fábrica de chitas, avaliada em 370\$000 (370.000 reis);



DC 972, assento 9 - D. Rodrigo da Cunha Manuel

⁵ Residente em Coimbra. Trata-se de D. Rodrigo da Cunha Manuel Henriques de Melo e Castro, fidalgo da Casa Real, que foi Vereador da Câmara de Coimbra e Provedor da Santa Casa da Misericórdia da mesma cidade.

- No lado esquerdo do Campo Grande – assento 57 – Propriedade de José Lefranc, constando de “casas que ocupa com fábrica”, avaliada em 630\$00 reis;



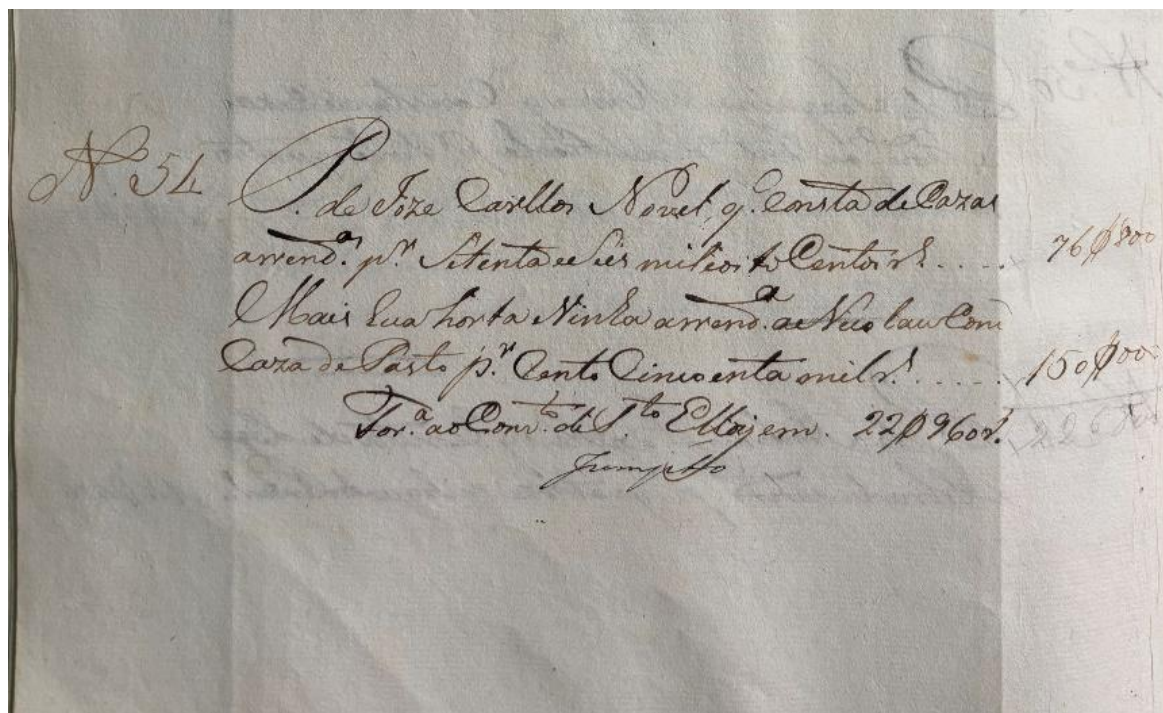
DC 972, assento 57 - José Lefranc

A Fábrica Lefranc & Companhia dedicava-se à produção de algodões, lãs e sedas e chapéus de seda e estava instalada entre 1793 e 1831 nesta propriedade que conheceu vários proprietários ao longo da sua história. O Palácio, inicialmente possuído pela família Mexia Galvão, é mais conhecido como Palácio Pimenta por ter tido como proprietário Manuel Joaquim Pimenta de Carvalho.

É no Palácio Pimenta que hoje se encontra instalado o Museu de Lisboa.

- No sítio do Pote de Água – assento 81 – Propriedade de Fernando de Sousa, constando de casas e quinta chamada do Ferro com fábrica de chitas, arrendada a Francisco José Pereira Guimarães, avaliada em 300\$000 reis.

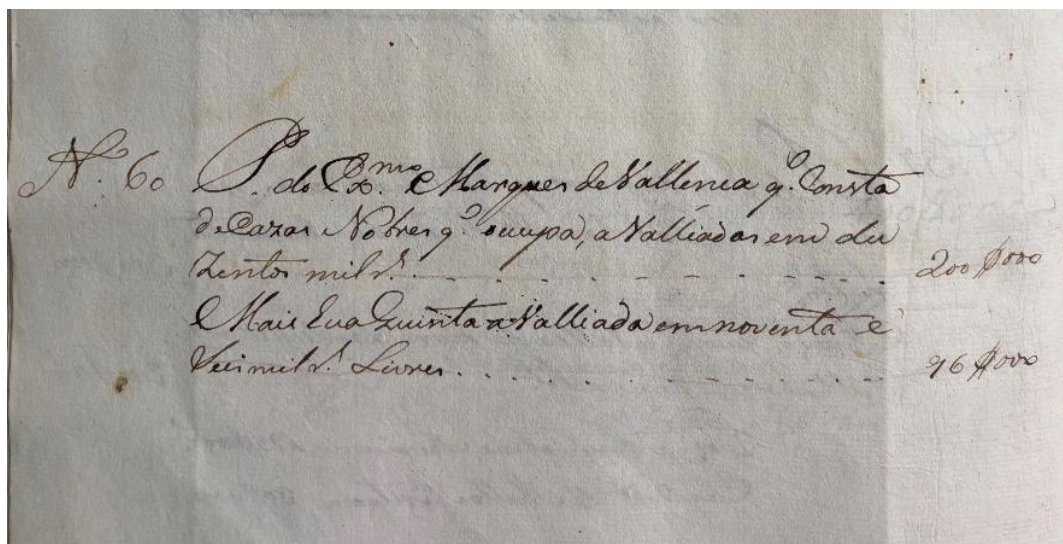
Referência ainda, também no lado esquerdo do Campo Grande, a uma horta e vinha, arrendadas a Nicolau, com casa de pasto, avaliadas em 150\$00 reis.



DC 972, assento 54 - José Carlos Novel

Também eram proprietários na freguesia do Campo Grande, o duque de Cadaval (com casa e hortas, do lado direito, assento 12, avaliadas em 144\$00 reis, pelas quais pagava 14\$400 reis de contribuição), o marquês do Lavradio (com casas e horta arrendadas, no lado esquerdo, assento 53, avaliadas em 162\$600 reis) e o marquês de Soidos (com casa e quinta arrendada, no Pote de Água, assento 70, avaliadas em 172\$000 reis).

Registo ainda das “casas nobres que ocupa” e mais uma quinta, pertencentes ao marquês de Valença, avaliadas, respetivamente, em 200\$000 e 96\$000 reis. Estas casas ainda chegaram aos nossos dias. Conhecidas como Palácio Valença/Vimioso, localizam-se no topo norte do Campo Grande.



DC 972, assento 60 - Marquês de Valença

Também proprietários a Ordem Terceira de Telheiras [Nossa Senhora das Portas do Céu] (com casas e quinta, no lado direito, assento 27, avaliadas em 300\$000 reis, pagando 30\$000 reis de contribuição), o Recolhimento do Rego⁶, com casas e uma fazenda (no Pote de Água, assento 82) e a Irmandade do Santíssimo Sacramento do Campo Grande, localizada na igreja dos Santos Reis (com casa e hortas, no lado esquerdo, assento 36, isenta).

⁶ O Recolhimento do Rego foi extinto em 1834, nos seus terrenos situa-se hoje o Hospital Curry Cabral.

N.º 82 *P* do Recolhimento do Rego q. consta de Caxa
 a Valliada em Cento Mil Re. 120,000
 Mais sua Paroquia a Valliada em quatro
 Centos mil. Re. 400,000
 Total a Es. 2.ª. Ant. Vanda Novella na
 quantia de 16,000.

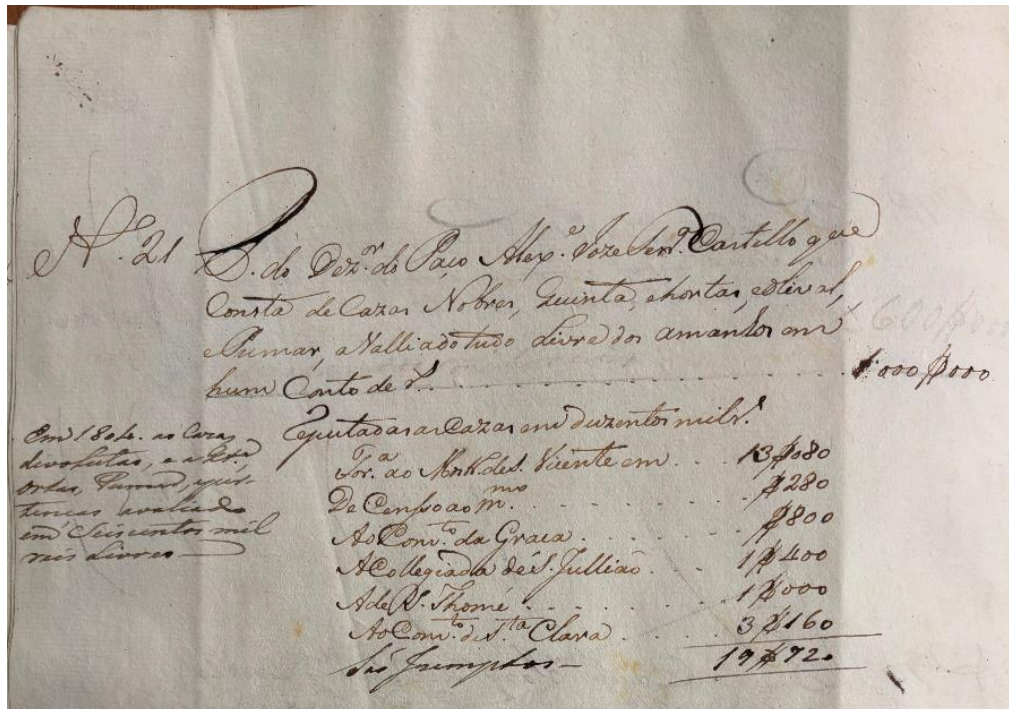
DC 972, assento 82 - Recolhimento do Rego

N.º 36 *P* da Irmandade do Santissimo desta freg. que
 consta de Caxa ehorta.

DC 972, assento 36 - Irmandade do Santissimo desta freguesia

Entre os proprietários na freguesia do Campo Grande constavam também os Desembargadores do Paço Alexandre José Ferreira Castelo (com 3 propriedades, todas do lado direito do Campo Grande, assentos 21, 22 e 29), João Xavier Teles (com 2 propriedades, também do lado direito, assentos 16 e 17) e Vicente Rodrigues Ganhado (com vinhas no Pote de Água, assento 63) e os Desembargadores António Ferreira Lemos (com 1 propriedade do lado esquerdo, assento 41), António José da Costa Moreira (com 1 propriedade no lado direito, assento 20) e António Rodrigues Caldas (com 1 propriedade no lado direito, 1 no lado esquerdo e 2 no Pote de água, assentos 25, 39, 76 e 78).

A propriedade na freguesia do Campo Grande com avaliação mais elevada (1000\$000), descrita como “casas nobres, quinta, hortas, olival, pomar” no lado direito, pertencia ao Desembargador do Paço Alexandre José Ferreira Castelo pela qual pagava 100\$000 reis de contribuição.



Assento 21 do Desembargador do Paço Alex. José Ferreira Castelo que
Consta de Casas Nobres, quinta, hortas, olival,
Pomar, a Valliada tudo de valor amando em 600\$000
hum Conto de 1000\$000

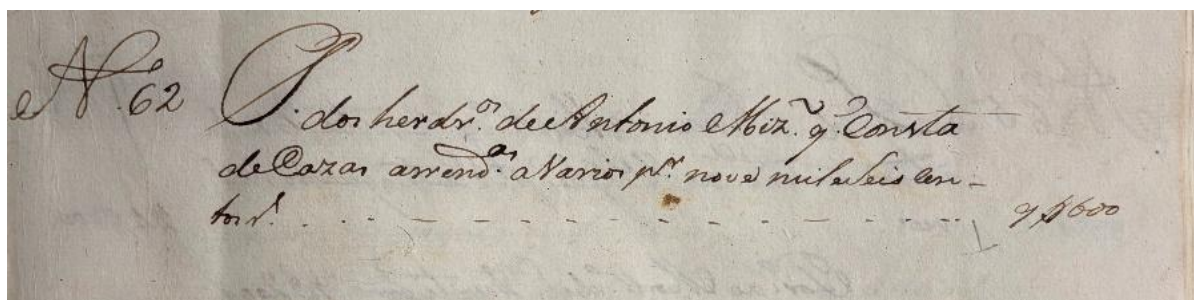
Propriedade	Valor
Quinta das Casas nobres e hortas mil.	10\$000
De Campo ao m.	220
De Campo da Graça.	800
De Colação de S. Julião.	400
De S. Thomé.	1000
De Campo de S. Clara.	3160
Total	19\$720

Em 18 de fev. as Casas nobres, a quinta, hortas, pomar, olival, tudo avaliado em trezentos mil reis de valor

DC 972, assento 21 - Desembargador do Paço Alexandre José Ferreira Castelo

Seguia-se a propriedade de D. Fernando de Almeida, no sítio do Pote de Água, com o valor de 985\$000 reis e a de D. Diogo Soares de Noronha (Casas, casas nobres e hortas arrendadas, no lado esquerdo do Campo Grande), com o valor de 857\$000 reis.

A de menor avaliação (“casas arrendadas”) situava-se no Pote de Água e pertencia aos herdeiros de António Marques (9\$000 reis) que pagavam também a menor contribuição: \$960 reis.



DC 972, assento 62 - Herdeiros de António Marques

Casas, casas nobres, quintas, hortas, olivais, vinhas, pomares, fábricas, com proprietários e arrendatários de várias origens sociais, um passeio público em construção, área rural e de lazer nos subúrbios de Lisboa, era este o retrato da freguesia do Campo Grande no início do séc. XIX.

Hoje, na sequência da reorganização administrativa territorial autárquica de 2012, o Campo Grande faz parte da freguesia de Alvalade.

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas